

• Política

AGENDA

Constituinte inicia votação sobre direitos e garantias fundamentais

por Andrew Greenlee
de Brasília

O plenário da Assembleia Nacional Constituinte volta a se reunir nesta segunda-feira, às 15 horas, para iniciar a votação de um dos títulos mais polêmicos do projeto elaborado pela Comissão de Sistematização, o dos direitos e garantias fundamentais, formado por cinco capítulos (direitos individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, direitos políticos e partidos políticos).

Na sexta-feira pela manhã, os líderes partidários e representantes dos blocos parlamentares reuniram-se com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e decidiram dedicar o final de semana às negociações em busca de um acordo que possibilite a rápida votação desse longo título, que recebeu cerca de trezentos pedidos de votação em separado de trechos. Nem to-

das, no entanto, serão analisadas, já que uma proposta aprovada ou rejeitada prejudica diversas outras correlatas.

O próprio Ulysses reconheceu na sexta-feira que o andamento da votação do Título II permitirá uma melhor avaliação da rapidez dos trabalhos a partir desta semana.

Mesmo que haja votação na segunda-feira, a expectativa é de que não se atinja o quórum de 280 votos para uma proposta, o que adiaria por 24 horas a sessão. Mas os pronunciamentos favoráveis e contrários ao texto do "Centrão" — o primeiro a ser analisado, por ter maior número de assinaturas — serão realizados já na segunda-feira, bem como as manifestações dos líderes partidários, previstos para o início de cada título. Assim, na terça-feira, o plenário deverá entrar diretamente no processo de votação.

CONSTITUINTE

Um duro ano de surpresas e impasses

por Ana Cristina Magalhães
de Brasília

Há um ano, desde a sua instalação em 1º de fevereiro de 1987, a Assembleia Nacional Constituinte vem surpreendendo a elite brasileira. A última surpresa que produziu, como se esperava, foi a consolidação de uma maioria chamada conservadora e alijada no "Centrão".

O primeiro a se surpreender foi o próprio presidente José Sarney, que a convocou em novembro de 1985 dizendo que no futuro seria a maior obra de seu governo. Já se sabe que ela é, pelo menos, a obra mais difícil de seu governo.

O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) comemorou a fixação do mandato de Sarney em quatro anos quando do término dos trabalhos da Comissão de Sistematização, em novembro. Hoje, são mais de 320 os constituintes que apóiam os cinco anos.

sua bancada de plenário, em protesto às novas regras do Regimento que seriam votadas.

Até mesmo o "Centrão", que parecia capaz de impor sozinho um seu projeto constitucional, no primeiro dia de votação foi forçado a fazer um acordo com o PMDB e os partidos de esquerda, depois de no período imediatamente anterior tê-los esmagado ao alterar o Regimento Interno da Constituinte e obtido as assinaturas necessárias para apresentar seu substitutivo, que foi à votação automaticamente.

Poucas pessoas não tiveram surpresas durante o desenvolvimento dos trabalhos da Constituinte. Entre elas está o senador Severo Gomes (PMDB-SP). Relator da Comissão da Ordem Econômica, Gomes previa em abril daquele ano confrontos em relação à Reforma Agrária, o papel do estado na economia e a entrada de capital estrangeiro no País.

O senador não podia estar mais certo. Essas três questões, juntamente com a definição de empresa nacional, estabilidade e direito de greve, não obtêm consenso desde o início dos trabalhos das subcomissões.

Para chegar ao texto definitivo da futura Constituição os 559 constituintes partiram do nada. O anteprojeto da chamada Comissão Afonso Arinos, convocada pelo presidente Sarney e composta por representantes de vários segmentos da sociedade não foi aproveitado. Assim, os constituintes se dividiram em oito comissões, que se subdividiram em 24 subcomissões.

As subcomissões realizaram audiências públicas e elaboraram relatórios que foram votados nas comis-

sões. Nesse período, de final de abril a meados de março, as propostas que vigoravam eram: o sistema parlamentarista misto, o capital estrangeiro era nacional admitido no interesse nacional; podendo ser

A estabilidade foi suprimida pela garantia de emprego

vedado em setores definidos em lei; ao estado cabia a função produtiva normativa e reguladora da atividade econômica; a empresa privada era aquela constituída e com sede no País, na forma da lei, cujo controle decisório e de capital pertencesse a brasileiros; conceituava-se o direito de propriedade como obrigação social e não como direito individual, excluía os imóveis abaixo de três módulos da Reforma Agrária; reduzia a jornada de trabalho para 40 horas semanais e reconhecia o direito à greve e à sindicalização para todas as categorias profissionais.

Votadas e aprovadas as propostas que receberam mais de 30 mil emendas dos constituintes e da sociedade, coube ao deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), designado relator da Constituinte, sistematizar essas propostas que seriam estudadas pela Comissão de Sistematização, composta por 83 constituintes, cuja tarefa era redigir o projeto constitucional que seria votado pelos constituintes.

Já nesta etapa as propostas começaram a se modi-

"Centrão" e esquerda negociam

A votação do capítulo dos direitos sociais, a partir da metade da próxima semana, intensificou desde sexta-feira as negociações entre o "Centrão" e o grupo "progressista", formado pelo PMDB "histórico", liderado pelo senador Mário Covas (SP) e pelos partidos de esquerda. Esse capítulo, que é parte do título II — dos direitos e garantias fundamentais — coloca em debate a estabilidade, a jornada de trabalho, a remuneração de horas extras, a liberdade de organização sindical e o direito de greve, temas que exigirão um grande esforço pelo entendimento entre os constituintes. No capítulo sobre direitos individuais e coletivos, é mais fácil um acordo, segundo informou a Agência Globo.

A estabilidade tem se constituído no tema mais polêmico da Constituinte, ao lado do sistema de governo e da duração do mandato do presidente Sarney. A prova disso é que foram apresentadas quarenta emendas individuais sobre o assunto. Apesar das constantes negociações, não é muito provável um

entendimento do "Centrão" com o grupo de Mário Covas. Com os partidos de esquerda isto será impossível. Mas o "Centrão" poderá fechar um acordo parcial com o grupo dos 32 e o centrão, que reúne constituintes ideologicamente de centro.

As propostas sobre estabilidade são as mais diversas. O projeto de Constituição, apoiado pelos partidos de esquerda, proíbe demissões imotivadas. O substitutivo do "Centrão" prevê a estabilidade, após doze meses, mediante garantia de indenização igual a um mês de salário por ano de serviço. O grupo de Covas, o grupo dos 32 e o centrão estabelecem o princípio da estabilidade no texto constitucional, mas deixam a regulamentação para a legislação ordinária.

Mas é provável que surja uma nova fórmula a partir das negociações deste fim de semana. O "Centrão" e o grupo dos 32 já discutem uma proposta que prevê a indenização no corpo da Constituição, mas com a sua regulamentação em legislação complementar.

ficar. A estabilidade no emprego, antes garantida aos noventa dias de trabalho, foi suprimida, em seu lugar foi colocada uma garantia no emprego, protegida contra despedida imotivada.

Mais de 14 mil emendas foram apresentadas e discutidas

No capítulo da ordem econômica a definição de empresa nacional desdobrou-se em duas:

distinguindo-se a empresa nacional ou estrangeira pela origem do capital. A jornada de trabalho semanal voltou a ser de 48 horas. Em relação à Reforma Agrária foi permitida a emissão imediata na posse pela União dos imóveis desapropriados e o sistema de governo ficou sendo o parlamentarismo, não mais misto.

Cabral também inseriu no projeto que ao todo recebeu cerca de 14 mil emendas importantes instrumentos destinados à garantia e aplicação da Constituição, como mandado de injunção e o mandado de segurança coletivo. Esses dois instrumentos correm hoje o sério risco de não constarem no texto constitucional, caso seja aprovado o substitutivo proposto pelo "Centrão".

De posse desse material,

a Comissão de Sistematização passou a votá-lo e o resultado foi novamente redigido por Bernardo Cabral.

Em novembro, o texto ficou pronto e novamente sofrera alterações. A jornada de trabalho alcançou um meio termo: 44 horas semanais, a definição de empresa nacional foi muito bem detalhada e o capital estrangeiro restringido.

No último dia 28 teve início o processo de votação da Constituição, cujo projeto recebeu mais de duas mil emendas. A esta altura não seria de se esperar muitas surpresas mais. Porém, mais cautelosos, os constituintes demonstraram nesses últimos dias que preferem fazer concessões de ambos os lados para não continuarem a ser surpreendidos até mesmo no encerramento de seu trabalho.